COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.522, DE 2011

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamentos, e dá outras providências", para restringir a contratação de operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil mediante o desconto em folha das respectivas prestações.

Autor: Deputado MARLLOS SAMPAIO

Relator: Deputado LAÉRCIO OLIVEIRA

I – RELATÓRIO

Vem a este órgão colegiado o Projeto de Lei de nº 2.522, de 2011, de autoria do Sr. Marllos Sampaio, que “*Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamentos, e dá outras providências", para restringir a contratação de operações de empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil mediante o desconto em folha das respectivas prestações*”.

Após despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, a proposta vem à Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público para análise do seu mérito trabalhista. Após designação de relatoria, foi promovida a abertura de prazo para emendas, mas esse transcorreu em branco.

É o relatório.

II – VOTO

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme art. 32, XII, “a”, cabe a esta Comissão Permanente a análise de matéria trabalhista, seja urbana, seja rural, no que tange o seu mérito. Sendo assim, passamos ao parecer tratando dos juízos de conveniência e oportunidade da proposição.

Muito embora o objetivo do Projeto seja o de proteger os empregados, aposentados e pensionistas de uma suposta abundância de crédito no mercado, a medida acabará por prejudicar justamente esses consumidores.

Observe-se que o crédito consignado é uma das linhas de crédito, destinadas à pessoa física, com menor custo para o tomador. Assim, ao compararmos essa modalidade de crédito com as demais disponíveis no mercado podemos verificar que os juros do consignado são bem mais vantajosos para o consumidor.

Desta forma, a determinação trazida pelo Projeto, restringindo a contratação pelo empregado ou titular de benefício, que só poderá contratar novo empréstimo consignado depois de quitada a operação anterior de mesma natureza, e a proibição de refinanciamento de saldo devedor de empréstimo consignado em curso, acabarão por obrigar o consumidor a buscar modalidades de crédito mais onerosas disponíveis no mercado.

Com isso, além de mais custosa, a limitação proposta mostra-se inócua, uma vez que é restrita apenas a essa modalidade de crédito. Ressalte-se, o Projeto acabará por provocar efeito inverso ao desejado, pois os tomadores continuarão a contrair empréstimos, no entanto, passarão a arcar com juros mais altos e, em consequência, com um comprometimento maior de sua renda.

Importante observar que a Lei nº 10.820/2003 já protege o consumidor de um possível superendividamento por exposição ao crédito ao estabelecer que os descontos e retenções relativas ao crédito consignado não poderão ultrapassar o limite de 30% do valor dos benefícios. No entanto, a lei não limita a quantidade de contratos de empréstimos consignados que poderão ser efetuados até esse percentual de 30%, justamente por não ser tal determinação favorável ao consumidor.

Ademais, o artigo 46 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90) estabelece mecanismos de proteção contratual ao consumidor, aplicáveis também aos empréstimos consignados, ao dispor que “os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance”.

Ainda, ao contrário do mencionado na justificativa do projeto, diversas iniciativas já são adotadas pelo Sistema Financeiro para fortalecer e aprimorar as relações dos bancos com seus clientes e usuários.

Neste sentido, em agosto de 2008 foi editado o Código de Autorregulação Bancária, segundo o qual as instituições aderentes se comprometem a adotar princípios gerais de ética e legalidade, respeito ao consumidor, comunicação eficiente e melhoria contínua na prestação de seus serviços.

Especificamente quanto ao respeito ao consumidor, estão incluídos nesse princípio o tratamento justo e transparente, de forma a garantir a correta avaliação dos produtos e serviços mais adequados às necessidades de cada consumidor e a assegurar a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais fornecidos, bem como incentivar uso consciente do crédito concedido.

Como se pode constatar, o consumidor já está plenamente protegido de um consumo excessivo de crédito, tanto pela legislação em vigor quanto pelas ações adotadas pelo sistema financeiro. Desta forma, desnecessária a proposição em análise.

Mas não é só, o projeto também configura uma evidente ameaça ao mercado de crédito. Nesse sentido, o governo vem adotando políticas de incentivo ao consumo, em especial na concessão e oferta de crédito, com o objetivo de estimular a economia e permitir que a população tenha acesso a bens e serviços até então reservados apenas as classes econômicas mais altas.

Ao retirar dos empregados, pensionistas e aposentados a possibilidade de realizar mais de um empréstimo consignado, o Projeto vai de encontro a essa política, ocasionando uma enorme diminuição do poder de compra desses cidadãos.

Por fim, a proibição de repactuar o saldo das operações de crédito consignado em curso comprometerá a portabilidade de crédito, prevista na Resolução 3.401/2006, do Banco Central do Brasil.

A mencionada portabilidade consiste na possibilidade de transferência do crédito consignado contratado junto uma instituição financeira ou sociedade de arrendamento mercantil a outra entidade semelhante que ofereça condições mais vantajosas ao tomador do crédito.

A portabilidade garantiu ao consumidor maior poder de negociação, além de estimular a concorrência entre as instituições financeiras, o que resultou na diminuição dos juros sobre as operações de crédito.

No entanto, caso o projeto seja sancionado tal instrumento será proibido, prejudicando a concorrência no sistema bancário e, em consequência, tornando o crédito mais caro.

Destaque-se também que o Projeto de Lei em análise não trará maior segurança à concessão de crédito consignado, uma vez que os mecanismos de segurança ou confiabilidade da concessão em nada serão alterados.

Por todos os motivos expostos, voto pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.522, de 2011.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2012.

LAÉRCIO OLIVEIRA
Deputado Federal – PR/SE
Relator